

# Santíssima Trindade adoro-Vos profundamente O percurso temático para 2011-2012



## Estudos

[www.fatima.pt/documentacao](http://www.fatima.pt/documentacao)

DUQUE, João – Santíssima Trindade adoro-Vos profundamente: o percurso temático para 2011-2012. Em *Santíssima Trindade adoro-Vos profundamente: Itinerário Temático do Centenário das Aparições de Fátima: 1.º ciclo*. Fátima: Santuário de Fátima, 2010. p. 17-27.

João Duque

## O ANJO DE FÁTIMA: UMA REVELAÇÃO

Este primeiro ano, no percurso para a celebração do Centenário das Aparições em Fátima, concentra-se em elementos fundamentais do conteúdo das aparições do Anjo. É necessário, por isso, partir do significado dessas aparições e do seu conteúdo.

Um Anjo é, antes de tudo, um mensageiro de Deus. Sempre que Deus se quer comunicar aos humanos, revelando-lhes algo importante para as suas vidas, fá-lo, antes de tudo, pela voz e pela presença de um Anjo. É certo que Deus, quando nos revela algo, se revela a Si mesmo. Nesse sentido, é Deus quem Se revela aos humanos – é Ele e só Ele o sujeito e o conteúdo dessa revelação. Mas a sua transcendência marca tal diferença entre Ele e nós que é necessária uma pedagogia de mediadores. O Anjo é uma das fundamentais mediações de Deus, na comunicação aos humanos.

Ora, o Anjo de Fátima é um mediador da presença e da comunicação de Deus, que revela, em pleno século XX, algo importantíssimo, essencial, para a salvação dos humanos, em grande parte perdidos consigo mesmos, nos emaranhados caminhos da sua história. E o cerne dessa revelação é nada mais nada menos que o cerne da fé cristã: que Deus é trino, Pai, Filho e Espírito e que a atitude humana fundamental perante o Deus trino é a adoração. Nesse sentido, Fátima não revela nada de novo, apenas retoma e recorda o cerne da revelação bíblica.

Interessantemente, o modo como o Anjo – isto é, como o próprio Deus – revela o que já tinha revelado em Jesus Cristo, actualizando-o para o nosso tempo, é precisamente o convite à oração. Porque, na oração, nós dizemos a Deus – dizendo-o aos outros e a nós próprios – aquilo em que acreditamos, aquilo que esperamos, aquilo que fazemos. «Santíssima Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo, adoro-vos profundamente...»; «Meu Deus, eu creio, adoro, espero e amo-vos». Estas simples mas profundas profissões de fé, que entretanto fazem parte do imaginário do povo cristão, sobretudo em Portugal, condensam em si o essencial do credo que nos une, ao longo das gerações.

## **ADORAÇÃO: ATITUDE CENTRAL DO CRENTE**

Antes de tudo, é importante reflectir sobre a atitude humana presente na pequena oração do Anjo. Em realidade, ela formula, de modo activo, em primeira pessoa – que é o modo do compromisso pessoal – as três virtudes teologais: a fé, a esperança e a caridade. Acrescenta-lhes, contudo, a adoração. Ou melhor, não a acrescenta propriamente, pois a adoração apenas concentra, em si mesma, as três virtudes. Por isso, ela é a atitude central do ser humano crente, mais especificamente do cristão.

Adorar a Deus é, antes de mais, colocar a confiança primeira e última da existência em Deus e em mais ninguém. Esta definição de fé, correspondente à noção ancestral de fé, já no Antigo Testamento, coincide com a definição de adoração. «Só a Deus adorarás!» Este preceito nuclear é o mandamento da fé, pois significa que nada nem ninguém é digno de fé como Deus. Por isso, aquele que adora é o que confia plenamente em Deus e em mais ninguém, relativamente ao último fundamento da sua vida. É claro que podemos e devemos confiar noutras pessoas, relativamente a assuntos do nosso mundo quotidiano, mesmo os mais fundamentais, como sejam as relações humanas. Mas, quanto à vida eterna, ou seja, quanto ao sentido primeiro e último da nossa existência, para além de todos os apoios imanentes que possamos possuir, apenas Deus é digno de fé.

Nesse sentido, podemos afirmar também que só Ele é digno de esperança. Se só n'Ele podemos confiar, quanto ao sentido mais fundamental do nosso ser, também só n'Ele podemos esperar, quanto ao desejo de que a injustiça e a morte não tenham a última palavra sobre a existência humana. Assim sendo, adorar a Deus é esperar, mesmo contra toda a esperança, apenas n'Ele, em última instância – por mais que muitas outras esperanças penúltimas, nos humanos, sejam legítimas e por vezes necessárias. Mas não significam esperança última, por isso não significam adoração.

E, ao nível da adoração, também só a Deus podemos amar, na raiz mais profunda de todo o amor. É certo que esse amor se manifesta presente no amor aos irmãos e mesmo a toda a criação. Mas, amar com adoração só é possível em relação a Deus, porque só Ele é fonte do verdadeiro amor.

Assim sendo, quando o Anjo diz, com os pastorinhos, «Meu Deus eu creio, adoro, espero e amo-vos», poderia dizer, simplesmente, «Meu Deus, eu adoro-vos» e estaria a dizer o mesmo, isto é, a definir, pela via activa da oração, a atitude humana fundamental perante Deus.

## **UM DEUS TRINITÁRIO: PURO AMOR**

Todas as religiões parecem assentar na adoração de Deus. No entanto, nem todos esses modos de adoração são segundo a fé, a esperança e a caridade ou amor. Às vezes são, antes, modos de vivência do medo e do pavor perante o desconhecido e o indomável. E nem todos os modos de adoração se orientam para o mesmo Deus, tal como é confessado pelos cristãos. É certo que o Deus das diversas religiões, sendo verdadeiro, será o mesmo Deus. Mas os crentes das religiões diversas não O concebem igualmente e, por isso, não O adoram do mesmo modo. Nisso se distingue o cristianismo das

outras religiões. E essa distinção é o fundamento, também, do modo como os cristãos concebem e praticam o relacionamento com o mundo e com os outros humanos.

Ora, «a profissão de fé num só Deus, em três pessoas, é considerada, acertadamente, como a característica específica da fé cristã em Deus» (Cardeal Walter Kasper). Por isso, o Deus que adoramos não é uma ideia abstracta de qualquer 'divindade', mas um Deus com um 'rosto' trinitário. Não que Deus seja trino apenas na aparência do seu rosto, mas porque o rosto que se nos revela é Ele mesmo, enquanto único Deus, na relação tripessoal. Ele revela-nos a sua face como a face do puro amor relacional, fonte de todo o amor existente na Criação.

Mas convém não esquecer a ambiguidade dos significados da palavra «amor». Quando consideramos o rosto trinitário de Deus como manifestação de Deus-amor, é necessário compreender melhor de que amor estamos a falar, para podermos sentir melhor o efeito desse amor sobre nós e para podermos amar – adorar – em verdade. Ora, o amor que é o próprio Deus e que anima a verdade do amor na Criação – como imagem de Deus – é descrito, trinitariamente, nas pessoas do Pai, do Filho e do Espírito. Porque todos se definem, no seu ser, simplesmente pela relação ao outro. Assim, o amor de Deus – o próprio Deus, como amor – é o amor da paternidade e da filiação (sempre em analogia com a paternidade e a filiação humanas, não como sua repetição ou imitação) que, na sua relação mútua, 'constituem' o Espírito de Deus. Sobre estas três dimensões – personificadas em três núcleos de relação – de Deus-amor, falaremos mais adiante. Agora, é altura de pensar cada uma das unidades temáticas que acompanharão este ano.

### **MARIA: MODELO DOS CRENTES**

A Mensagem de Fátima – todo o 'fenómeno' de Fátima – é relativa à relação de Deus com o ser humano e vice-versa. Por isso, é uma mensagem teocêntrica (basta considerar a revelação subjacente às aparições do Anjo, que agora ganhou «corpo», visibilidade exemplar, na igreja da Santíssima Trindade). Mas, como se viu, a revelação de Deus e o seu diálogo com os humanos acontece sempre na voz de mediadores. O Anjo é um deles. Mas, em Fátima, a principal medianeira do apelo de Deus à humanidade foi/é Maria. Por isso, a mensagem e o fenómeno de Fátima, sendo teocêntrico, não é, por isso, menos mariano. Nesse sentido, não é possível pensar os núcleos da Mensagem de Fátima – como este primeiro núcleo, a adoração de Deus uni-trino, como acção fundamental da fé cristã – sem compreender a relação de Maria com esses núcleos.

Ora, Maria é, antes de tudo, a glória da verdadeira humanidade. Ou seja, nela está representada a humanidade, na sua mais verdadeira atitude, perante a interpelação de Deus, que se dá a conhecer e a amar. E, enquanto representante da humanidade, ela é o modelo dos humanos crentes, porque é aquela que, em todas as circunstâncias, adorou a Deus e a mais ninguém. Ela acreditou, confiando em Deus, para além de todas as aparências, que pareciam aconselhar a desconfiança; ela esperou,

contra toda a esperança, mesmo quando o seu Filho parecia sucumbir ao fracasso irremediável; ela amou, acima de tudo, porque deu a vida, a sua vida simples e aparentemente banal, completamente aos outros, no serviço quotidiano. É, por isso, o modelo primordial do ser humano que, marcado pela debilidade da sua condição, responde a Deus, na grandeza máxima das suas possibilidades – possibilidades que são dadas, evidentemente, pela acção salvífica do próprio Filho. Por isso, ela é acolhida e louvada como a mulher do sim. Mas não de qualquer sim – antes de um sim que implica também um não. Porque se trata de um sim incondicional a Deus – só a Ele adorarás... – na recusa de todas as outras adorações, mesmo que esta sua escolha tenha muitas vezes um formato paradoxal – tão flagrante no diálogo da anunciação.

### **UM DEUS ÚNICO: GARANTE DA DIGNIDADE HUMANA**

O Deus a que Maria respondeu é o Deus de nossos pais, isto é, o Deus único professado e amado por Israel. Ora, o facto de a profissão de fé cristã se orientar para um Deus trino, não significa que não seja uma profissão de fé monoteísta, isto é, não significa que abduquemos de afirmar que o Deus em que acreditamos é o único Deus verdadeiro, porque é o único digno de ser invocado (adorado) como Deus. E esse Deus é o princípio absoluto de tudo, por isso mais nada nem ninguém pode ser adorado como Deus.

Essa afirmação central do monoteísmo – que nos une aos judeus e aos muçulmanos – não é um capricho absolutista nem uma abstracção intelectual. Trata-se, essencialmente, de uma afirmação e uma prática libertadoras. Porque, ao adorarmos mais que um 'deus', estaremos já a divinizar realidades diversas, que são, em última instância, realidades imanentes ao mundo.

A tradição bíblica chama, a essa divinização de realidades do mundo, idolatria. E a forte condenação bíblica da idolatria não se deve aos ciúmes absurdos do Deus que quer ser único e não aceita qualquer concorrente. Como poderíamos imaginar nós isso do Deus verdadeiro, que não precisa de ter ciúmes de ninguém, porque sabe que mais ninguém é Deus? Só a insegurança humana é que provoca os ciúmes, que não são transponíveis para Deus.

As passagens bíblicas que parecem dar a entender que Deus é ciumento, apenas pretendem condenar radicalmente a idolatria, porque ela é perversa e perigosa para o próprio ser humano. De facto, ao divinizar várias realidades imanentes ao mundo, o ser humano torna-se escravo dessas realidades. E só consegue libertar-se dessas escravaturas, na medida em que não adora, não diviniza nada de mundano. Mas só consegue recusar essa divinização, na medida em que aceita como Deus o único Deus, transcendente e diferente do mundo, que não se confunde com as realidades que nos podem escravizar e que, por isso, não entra em concorrência com nenhuma das suas criaturas, nem as escraviza, em seu benefício.

E não pensemos que se trata, aqui, de questões simplesmente 'religiosas'. De facto, há muitas realidades que podem ser divinizadas e que, por isso, podem escravizar os humanos. Ancestralmente, era frequente a divinização da natureza, das suas forças indomáveis, do destino que os astros pretensamente traçavam sobre os humanos. Estas leituras mais ou menos animistas do mundo, que divinizam o próprio cosmos, estiveram muito presentes nas culturas antigas, mas voltam a marcar fortemente a nossa actualidade, sob a forma de astrologia, de crença no destino, de certa ecologia radical, etc.

Uma divinização também frequente foi a divinização das raças, dos grupos de pertença. Na antiguidade, deu-se sobretudo como divinização das cidades ou do império; mais recentemente, sobretudo no século XX, deu-se como divinização da nação, nos nacionalismos que levaram a Europa à catástrofe da 2ª Guerra Mundial. E os actuais regionalismos da Europa, com muito terrorismo à mistura, não deixam de ser um modo de divinização que escraviza e sacrifica muitos humanos, até à morte.

O século XX conheceu, ainda, a divinização de certas ideologias, em nome das quais muitos humanos se sacrificaram a si mesmos e sacrificaram outros. Actualmente, assistimos à divinização dos processos económicos e mediáticos a nível global, como se se tratasse de um «deus» absoluto, contra o qual nada podemos. Em nome do 'deus' do mercado, muitos humanos são sacrificados diariamente.

Nas nossas sociedades ocidentais contemporâneas, predomina um modo muito próprio de divinização ou idolatria, que já os antigos conheciam e que marcou muito a doutrina de S. Paulo. Trata-se da idolatria de 'si-mesmo' (Self), como modo de ser numa sociedade individualista. Nesse modo de idolatria, a força divinizada é cada sujeito humano, no círculo fechado de si mesmo. Essa idolatria chega a ter a aparência da liberdade, pois parece que se baseia na vontade livre de cada um. Mas essa aparência ilude. De facto, talvez a pior escravatura seja aquela em que nos tornamos escravos de nós mesmos e do nosso egoísmo. Porque, nessa escravatura, nem sequer sentimos vontade de nos libertar.

Por isso, como dizia S. Paulo, só Deus, em Jesus Cristo, nos pode libertar da escravatura de nós mesmos sobre nós mesmos, que é a básica escravatura do pecado e a máxima manifestação da idolatria. Nesse sentido, a salvaguarda da dignidade humana implica a total afirmação da sua liberdade – teórica e prática – em relação a todas as realidades que poderão escravizá-lo.

Ora, a afirmação do carácter absoluto e único de Deus – o único que pode ser adorado porque, nessa adoração, não escraviza o adorador – é a base da libertação do adorador, do crente, daquele que n'Ele espera e que O ama. Por isso, a fé num único Deus, digno de ser adorado, é condição de libertação do humano e de salvaguarda da dignidade de cada pessoa concreta, sobretudo daqueles que têm menos poder para afirmar e defender essa dignidade, como é o caso das crianças (mesmo ou sobretudo antes de nascer), dos deficientes, dos doentes, dos pobres, etc. Caso contrário, a salvaguarda da dignidade dos humanos fica entregue ao sabor das circunstâncias, que são sempre circunstâncias em que dominam os mais poderosos sobre os mais débeis.

## **A TERNURA E A LIBERDADE DO AMOR DE DEUS**

Este dinamismo de absoluta adoração e profunda libertação, na afirmação da autonomia do humano perante todos os poderes que escravizam, ganha especial formato na relação à pessoa trinitária que a tradição cristã denomina Pai. É claro que a aplicação do nome 'Pai' a Deus resulta de uma transposição analógica, a partir da paternidade humana. E, entre os humanos, ou se é pai ou se é mãe. A impossibilidade de ser ambos simultaneamente tem como consequência que, ao nomear Deus, tenhamos que Lhe chamar pai ou mãe, não havendo um nome que abarque ambos. Por razões diversas, afirmou-se na tradição o nome Pai. E uma tradição de séculos, com todo o seu peso, incluindo na oração do Pai-nosso, não pode ser alterada levianamente. Mantém, por isso, o seu significado e a sua validade perene.

Mas, o modo de relação representado no nome Pai pode também ser dito pelo nome Mãe. Nesse sentido, esse modo de relação não é apenas o de paternidade, em sentido estrito e em sentido humano, mas também o de maternidade. Logo, Deus-Pai é o único Deus, na dimensão ou subsistência pessoal do amor paternal e maternal. O Catecismo da Igreja Católica, no seu nº 239, diz claramente: «Esta bondade parental de Deus pode exprimir-se também pela imagem da maternidade».

Sendo assim, o amor de Deus é, nesta sua dimensão, um amor paternal e maternal. Na sua dimensão maternal, inclui a ternura pelos seus filhos, o acompanhamento e acolhimento, mesmo daqueles que não se comportam à altura desse amor – como foi o caso metaforicamente emblemático do filho pródigo – um amor baseado no perdão permanente, no dom de si, pelos seus filhos. Estes elementos do amor, sendo embora vividos também pelo pai, exprimem melhor a dimensão maternal do amor. No seu extremo, podem mesmo ser confundidos com um maternalismo exagerado, que não permite a autonomia dos filhos, que não os solta do útero materno – como pensava o irmão da parábola referida, que permaneceu sempre em casa, ao colo do pai (ou da mãe, como é mais habitual).

Nesse sentido, a dimensão paternal do amor parental, se bem que possa resvalar também para o paternalismo, qualifica-se pelo reconhecimento e apoio à autonomia do filho, à sua liberdade e dignidade de ser diferente do pai. Por isso, muitas vezes o amor paternal parece frio, pois aguenta a fuga do filho – como o da parábola – sem impedir essa decisão livre, apenas esperando o regresso, também livre e completamente autónomo.

Deus é, pois, na relação ao seu Filho e, por extensão, a nós, que somos filhos no Filho, ao mesmo tempo Pai e Mãe, sendo parecido – e, ao mesmo tempo, diferente, porque infinitamente melhor – com os pais e as mães que conhecemos na nossa existência quotidiana. É, por isso, a mãe que nos acompanha e nos perdoa, ao mesmo tempo que o pai nos exige sermos livres e dignos – tudo isso como manifestação do amor sem limites.

## **COM O FILHO, APRENDEMOS [A VIVER] A FILIAÇÃO**

A esse amor corresponde o amor do Filho. Antes de tudo, no próprio Deus, pois é o amor do Filho que possibilita o amor do Pai – e vice-versa. Por isso, o Pai é, apenas, na medida em que é para o Filho; e o Filho é, na medida em que é para o Pai. E é como 'extensão' gratuita deste 'ser-para' do Pai para o Filho e do Filho para o Pai que Deus é para nós, através do seu Filho e no seu Filho; é nessa 'extensão' que nós somos para Deus, no Filho.

Por isso, a relação de filiação no próprio Deus uni-trino é que possibilita que Deus seja para a sua Criação e para a humanidade, fazendo-se humano em Jesus Cristo, sem deixar de ser Deus. No Filho, feito carne humana numa pessoa concreta da nossa história, Deus manifesta-se e age como Deus-conosco, feito um de nós, para que nós, transformados por Ele, possamos atingir a nossa verdade e, desse modo, ser libertos de todas as escravaturas, ser salvos de todas as nossas perdições.

Ora, a nossa verdade, isto é, a nossa verdadeira condição, cuja aceitação e cuja prática nos conduz à salvação, é precisamente a condição de filhos e filhas. A filiação poderá ser considerada, como tal, a mais profunda definição da condição humana. E é, ao mesmo tempo, um programa de vida, do ponto de vista do sentido e do ponto de vista da actuação. Porque, para se ser filho e filha é necessário aceitar a condição de filiação. Não se trata, aqui, de pura filiação biológica, que não depende da aceitação livre por parte do novo ser gerado. A filiação que nos define é uma filiação de um nível mais profundo, que implica o acolhimento, por parte dos filhos, de que os pais sejam pais, e não simplesmente progenitores. O filho pródigo, a princípio, não aceitou a condição de filho, pretendendo ser absoluto em si mesmo. Por isso abandonou a casa. Depois, reconhecendo o mal que fez, não esperava recuperar a condição de filho, porque não a merecia – apenas mereceria um salário, se trabalhasse, na condição de empregado. Mas o pai oferece aquilo que é – a sua paternidade. E a salvação do filho reside, apenas, na capacidade e humildade de aceitar essa dádiva gratuita, aceitando-se como filho, que nada merece do que lhe é dado, mas a quem tudo é dado gratuitamente.

Essa é a nossa condição de humanos, perante Deus – e, muitas vezes, perante os outros. E o que nos é exigido é, simplesmente, a humilde aceitação dessa nossa condição, o que não é fácil a seres humanos orgulhosos dos seus méritos e das suas capacidades, como somos todos nós, sobretudo os adultos. Em realidade, a capacidade de viver a profundidade do humano encontra-se sobretudo nas crianças – como nos videntes de Fátima. E é por isso que a salvação dada por Deus só é recebida por quem se tornar como uma criança – isto é, por quem aceitar ser filho e filha, dádiva gratuita de Deus e não produto orgulhoso de si mesmo.

## **O ESPÍRITO QUE INTERPELA**

Mas o orgulho pesa mais em nós. A não ser que estejamos abertos à acção e à voz do único que pode mover-nos à superação da escravatura do orgulho. Esse é o próprio Deus, enquanto Espírito que sopra em todo o lado, esperando apenas que escutemos e sigamos a sua brisa quase inaudível. Onde menos esperamos, Ele pode estar a interpelar-nos à nossa verdade de filhos e filhas de Deus. E pode fazê-lo por um acontecimento banal, ou por um acontecimento extraordinário, no quotidiano da nossa vida; ou por acontecimentos dos nossos tempos, sempre à espera de uma leitura; ou pela voz de outro nosso irmão, de quem nada esperaríamos; ou pela voz interior do nosso sentimento e da nossa meditação; ou pela voz mais clara da própria comunidade eclesial e da instituição que é a Igreja; ou pelos acontecimentos celebrativos que são os sacramentos; quem sabe onde mais...

Como tal, a interpelação de Deus – que espera de nós uma resposta, sobretudo prática, e que se resume à aceitação viva da nossa condição filial – é, em primeiro lugar, a interpelação subtil e às vezes ambígua do Espírito. Essa interpelação exige, antes de mais, um discernimento na escuta, para verificar se é a voz do verdadeiro Espírito de Deus, ou se é apenas a nossa própria voz ou a voz de outros «espíritos» sedutores. Esse discernimento é complexo e deve contar com a ajuda dos outros, sobretudo da comunidade eclesial.

## **ACREDITAR É RESPONDER**

Mas o apelo do Espírito tem como finalidade a resposta. É nessa resposta que Ele se realiza plenamente. A nossa resposta activa ao apelo é, em síntese, a nossa fé. A fé não se limita, pois, a acreditar que Deus existe. É, sobretudo, a resposta fiel ao apelo desse Deus que nos interpela, como pai, a que sejamos filhos e filhas – por isso, irmãos e irmãs, uns dos outros. O crente é aquele que responde positivamente a esse apelo, dentro das suas limitadas capacidades e, muitas vezes, na indefinição e na hesitação das respostas – às vezes até na infidelidade da recusa. Mas o caminho sinuoso da vida, ou é, no seu todo, um caminho de resposta positiva a Deus – ou é completa recusa. Ser crente ou não ser crente decide-se nessa resposta, sempre livre e sempre possível.

A resposta é, antes de tudo, um modo de ser, um modo de estar, um modo de agir. Pode concentrar-se, por isso, na prontidão e disponibilidade do «eis-me aqui!». Como um filho, perante o pai, nós estamos, antes de tudo, perante Deus, que nos chama – como chamou Maria, a qual respondeu, em nome da humanidade crente: «Aqui estou!». Mas, esta disponibilidade é, como resposta, a resposta da responsabilidade. Perante Deus, estamos como seres responsáveis. Responsáveis, antes de tudo, pelo que somos e fazemos, pois somos seres livres, autónomos, não obrigados por Deus a nada. O pai apenas pede ao filho que aceite ser seu filho e aceite ficar, para estar aí, disponível.

Mas somos, como consequência, responsáveis, na resposta que damos a Deus, pelos outros irmãos, por toda a humanidade. Nesta responsabilidade pelos outros é que se mede a envergadura prática

da nossa fé, que coincide com a envergadura da nossa caridade. E é nessa responsabilidade prática, quotidiana, simples e banal por cada outro que conosco se encontra, que se realiza a nossa atitude de adoração, de reconhecimento de que só Deus é Deus e de que n'Ele podemos esperar. A atitude eucarística da adoração é a celebração, em memorial da acção central de Deus na história, desta nossa resposta responsável, por tudo e por todos, perante Deus que nos interpela, como Pai, Filho e Espírito Santo.